



MEMÓRIAS E TEMPORALIDADES EM HISTÓRIA

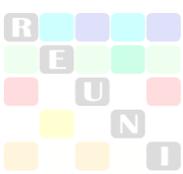
Léo Huber¹

Resumo: Este trabalho foi realizado com base em pesquisas sobre história e memória. Os sujeitos da pesquisa são especialmente trabalhadores rurais bóias-frias que participaram em movimento de reivindicação pelos lotes da Vila União em Jales/SP, para que estes fossem destinados a famílias que não tivessem moradia e enfrentassem dificuldades com o pagamento de aluguel. O tempo, aqui, é empregado enquanto dimensão importante das lembranças destes sujeitos, em que as mudanças e a transformação estão diretamente ligadas à sua condição, enquanto as perspectivas de dominação são apontadas para um tempo sempre mais longo. O passado é recomposto pela contemporaneidade, considerando a sociedade na qual está inserido e a forma como se dá esta inserção, sendo que estes elementos atuam na elaboração do discurso. Nesta pesquisa, foi possível observar como determinados locais se constituem em lugares de memória e ponto de referência, positivo ou negativo. Busca-se compreender que não são os monumentos ou documentos que constituem lugares da memória de um local, mas o valor e o significado que os sujeitos atribuem a estes suportes materiais, pois é na revitalização da experiência, nos sentimentos de rejeição ou pertencimento, no ir e vir dos sujeitos, nas suas tradições vividas, nos sentimentos, gestos e hábitos, nos ofícios em que se transmitem os saberes, nos movimentos da história que se cria a cidade-memória e tempos de uma história vivida pelos seres humanos.

Palavras-chave: memória, história, monumentos, temporalidades.

Este artigo é baseado em pesquisa desenvolvida com o uso de fontes orais num campo de produção teórica mais conhecida como “História Oral”. A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em gravar depoimentos de pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida e outros aspectos da história contemporânea. As fontes orais começaram a ser utilizadas nos anos 1950, logo após a invenção do gravador e foi introduzida no Brasil na década de

¹ Léo Huber, Mestre em História Social pela (PUC/SP), é professor na UNIJALES nos cursos de História e Serviço Social e na FAMA-Iturama/MG, nos cursos de Direito e Pedagogia.



1970. Foi, porém, a partir da década de 1990, especialmente com a criação da Associação Brasileira de História Oral, que mais cresceu. Nas reflexões desenvolvidas neste artigo, trabalho com algumas questões subjetivas que estão presentes nos depoimentos, como as ressignificações do passado, memórias e temporalidades.

A minha pesquisa pretende seguir na contramão daqueles que, em nome da harmonia, promovem o consenso, tentando eliminar vestígios. Para isso, dou visibilidade aos bóias-frias em Jales/SP, identificando-me com seus projetos, avaliando procedimentos constituídos por instituições de poder tais quais: Prefeitura, Delegacia de Polícia, Conselho Tutelar, Igreja Católica que, na sua reivindicação, subvertem aqueles projetos, para se afirmarem como sujeitos de direito, constituindo uma memória que refaz aquelas práticas a partir de seus valores e interesses.

No desenvolvimento da pesquisa e dos estudos que realizei, pude refletir sobre questões pertinentes ao meu trabalho e a problematização de muitas histórias e memórias. Para isso, identifico-me com formas teóricas que afirmam:

A memória constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido quem definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias deveriam ser consideradas para que fosse possível estabelecer uma certa memória capaz de cunhar uma história certa.²

Essa forma de conceber e constituir memória pelo poder político institucional e grupos dominantes, no caso específico de Jales, passa por textos escritos por intelectuais ou órgãos da imprensa local que desconsideram bóias-frias e população pobre na reivindicação de direitos, por exemplo, da moradia. Ao longo deste artigo, recorro aos depoimentos destes sujeitos, moradores da Vila União, um bairro com famílias de baixo poder aquisitivo, formado na sua fundação especialmente por bóias-frias, que sofreram um intenso processo de rejeição por ocuparem uma área situada em região central da cidade, entendida pelas normas tradicionais não escritas da ocupação dos espaços urbanos como uma área destinada a outro grupo social, para identificar processos de elaboração da memória e diferentes abordagens das temporalidades.

² Projeto PROCAD: Cultura, Trabalho e Cidade. Muitas Memórias, Outras Histórias. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).



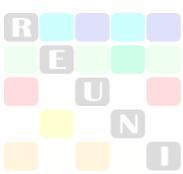
Esse movimento de elaboração de valores, memórias e temporalidades também não são únicos, e nem sempre, caminham numa única direção. Para se afirmarem como sujeitos, apropriam-se de valores dominantes e os assumem para não serem desqualificados, rejeitam por vezes o alcoolismo, a prostituição, o uso e o consumo de drogas, valorizam educação, saúde, criticam aqueles, que no grupo, se vêem igual a outro que rejeitam vizinhança porque assumem uma prepotência burguesa. A moradia, assim, para além do espaço físico, carrega marcos e símbolos sintonizados com trabalho, honestidade, caráter, comportamentos saudáveis de limpeza e higiene, contra a imagem constituída da favela comparada a lugar do crime, dos vícios, da ausência de trabalho e sujeira. Lixo e população pobre na favela são sinônimos, assim concebidos são descaracterizados como sujeitos que precisam morar em bairros os quais ofereçam infraestrutura básica de saúde, educação, transporte, lazer e comércio.

Na Vila União, há uma socialização forjada, indicando solidariedade de vizinhança, valorização da escola e do trabalho e negação do que se refere a preconceitos, discriminações. Nos relatos, além da fala que expressa experiência entre vizinhos, o núcleo familiar é valorizado como aspecto importante da moradia.

Nesse sentido, morar não é só se instalar e viver entre quatro paredes. A casa é patrimônio que permite a constituição de uma vida digna que deseja, também, reconhecimento dos outros.

Ao lidar com as narrativas e, portanto, considerar nelas o tempo enquanto dimensão importante das lembranças destes sujeitos pude perceber que a mudança e a transformação estão diretamente ligadas à sua condição, enquanto as perspectivas de dominação são apontadas para um tempo mais longo onde “os salários sempre são insuficientes”.

Ao trabalhar com a memória, parto da compreensão de construção da memória sem a pretensão de achar possível resgatar ou recuperar memórias que revelem um passado pronto e acabado. Isso porque, o relato oral, ao rememorar o passado, o faz a partir dos elementos que estão colocados no presente. Como as questões do presente se alteram constantemente, o rememorar é sempre um processo de construção do novo. O tempo destas memórias tem, por vezes, uma relação diferenciada do tempo cronológico, dentro de um diálogo próprio entre o sujeito e suas memórias. O passado é recomposto pela contemporaneidade, considerando a sociedade na qual está inserido e a forma como se dá esta inserção, sendo que estes elementos atuam na elaboração do discurso.



Ao investigar as narrativas, elas abrem a possibilidade de visualizar espaços, modos de trabalhar, morar, conviver e se inserir nos espaços urbanos, além de permitir a compreensão de como os moradores, no caso os da Vila União, projetam, disputam e constituem territórios nesses espaços, onde buscam seu reconhecimento e aceitação como sujeitos sociais. As lembranças narradas apontam para as modalidades de convivência em experiências que representam aceitação, conflito, enfrentamento dentro do bairro, na relação com outros bairros de perfil semelhante ou com populações portadoras de outros valores.

Nos fatos que vão sendo narrados, escolhidos ou criados é que percebemos os valores e os significados da moradia, da família, das relações urbanas, onde se disputam os lugares de lazer, trabalho, habitação, saúde, buscando o espaço de aceitação e pertencimento ao mesmo tempo em que se constituem experiências, elas se refazem, impondo um movimento permanente de compor e recompor, construir e reconstruir modos de vida.

Ao agir desta forma com as memórias, considero que as lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções livres, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta³. Essa forma de trabalhar com as memórias leva-me também a indagar sobre o que foi lembrado ou esquecido. Busco compreender, nas subjetividades, o que faz um determinado fato ser lembrado ou relatado, enquanto outros são esquecidos ou ignorados.

Ecléa Bosi, ao refletir sobre a sobrevivência do passado na memória, não a apresenta como total nem verdadeira:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi” e que se daria no inconsciente de cada sujeito (BOSI, 1995).

Nos relatos dos meus sujeitos de pesquisa, ex-bóias-frias moradores de um bairro pobre em uma região central, na função de historiador, procuro trabalhar

³ Ver mais em LOWENTHAL. David, “*Como conhecemos o passado*”, Projeto História, n. 17. São Paulo: Educ, 1998.



adequadamente as subjetividades e estou atento a questões como interpretações sobre fatos e, mesmo, a reconstrução de novos fatos para explicar o que ocorreu. Isso porque, no mesmo sentido que afirma Ecléa Bosi, Yara Aun Khoury nos diz que a narrativa é carregada de valores culturais, uma forma de ver e compreender o mundo e as vivências dos sujeitos, cuja compreensão deve ser buscada na dinâmica social em que se engendra e expressa (KHOURY, 2001, P. 85). Uma vez que os depoimentos são tomados no presente, a elaboração das memórias deve considerar as motivações desse momento.

Alistair Thomson também une estas questões do passado, presente e futuro:

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado; quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às identidades e aspirações atuais (THOMSON, 1997, P. 57).

Assim, ao estudar os depoimentos, como alerta Thomson, faz-se necessário estar atento ao que é do passado, ao que está sendo relatado com base no presente e o que são sonhos para o futuro. Na história da Vila União, esta observação é relevante porque estas famílias, migradas da zona rural para a urbana, onde passaram a ser bóias-frias, tiveram uma discreta ascensão em sua condição econômica e social, tendo, muitas delas, mudado sua ocupação de trabalho, sendo que, hoje, elas percebem ou relevam menos a situação de discriminação e preconceito, ou ainda, têm vontade de “esquecer” um passado mais sofrido, para tentar viver, no presente, uma situação de menor confronto e maior aceitação dos moradores da região central da cidade, detentores tradicionais do poder local.

Na preservação da memória, os suportes materiais não se constituem, individualmente, em lugares de memória. Para Pierre Nora, tem sido significativo compreender que não são os monumentos ou documentos que constituem lugares da memória de um local, mas o valor e o significado que os sujeitos atribuem a estes suportes materiais, pois é na revitalização da experiência, nos sentimentos de rejeição ou pertencimento, no ir e vir dos sujeitos, nas suas tradições vividas, nos sentimentos, gestos e hábitos, nos ofícios onde se transmitem os saberes, nos movimentos da história onde se cria a cidade-memória e tempos de uma história vivida pelos seres humanos (NORA, 1995).



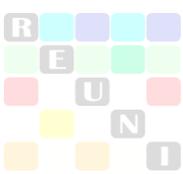
Em minha pesquisa, foi possível observar como determinados locais se constituem em lugares de memória e ponto de referência, positivo ou negativo, para os moradores de um bairro. Ao lotear a área onde seria construída a Vila União, o planejamento previu que os moradores ficassem “escondidos” dos olhares de quem passasse nas proximidades, reservando a área que faz frente, com o que o Jornal de Jales afirmou ser os bairros nobres, para a construção de um Centro Espírita, uma área de lazer e outro espaço para a construção da Igreja Católica. Contudo, apesar dos três lugares terem sido pensados para cumprir a mesma finalidade, a visão dos moradores da Vila sobre eles, é distinta.

O Centro Espírita é motivo de protesto e condenação por parte dos moradores de Vila União, porque, segundo os membros da coordenação, quando foi proposta a sua construção, aquele Centro deveria ser uma creche para atender às crianças do bairro, o que não ocorreu. Restou somente a memória de que o mesmo serve para encobrir os moradores da Vila, gerando a indignação,

(...) porque simplesmente a Vila ia ficá quase dentro da cidade, ia ficá só marginal e bandido e maloquero e pingaiada aqui na Vila. Então, por isso ele cedeu este terreno aqui na frente, que é pro Centro Espírita ficá na frente da Vila prá tampá a sujeira que tava atrás, sujeira quer dizer mau exemplo, né, bandidaiada, banditismo, né, é isso que qué dizê, enfins, era um, estava desfazendo do ser humano, ele estava rebaixando o ser humano...⁴

“Seu” Leonildo expressa as duas sensações por ele percebidas sobre o propósito da destinação da área. Mesmo indignado, reproduz o pensamento dominante e a visão destes segmentos sobre as famílias do bairro. Sua indignação, porém, está baseada numa outra sensibilidade, a que vê o ser humano como portador de dignidade e merecedor de respeito, que não pode ser rebaixado. Percebe a criação de uma área “neutra”, afastando a vila dos bairros nobres, “ia ficá quase dentro da cidade”. Igualmente, expressa a intenção de encobrir, dizendo que “... pro Centro Espírita ficá na frente da Vila prá tampá a sujeira que tava atrás”. A Vila ficou no fundo, encoberta pela construção do Centro Espírita. Esta é claramente a marca na memória do presente, transmitida na fala de Leonildo, que revela tensões entre moradores da Vila União, os responsáveis pelo Centro Espírita na área e no poder público que também hostilizavam aqueles sujeitos.

⁴ Leonildo Antônio de Souza, ex-bóia-fria, atualmente é vigia noturno, membro da comissão de negociação pelos lotes da Vila União, em depoimento gravado no dia 09 de junho de 2001.



O Centro Espírita, mesmo prestando alguns serviços de caráter assistencial aos moradores da Vila União, por sua localização, acaba ofendendo e humilhando, porque cumpre a função de afastar e de esconder aquilo que, na visão de algumas pessoas da cidade e do Prefeito, que seu Leonildo definiu como "... sujeira quer dizer mau exemplo, né, bandidaiada, banditismo, né...". Porém, para os moradores da Vila União, o que estava sendo afastado e encoberto aos olhos de todos eram suas famílias e suas casas, ainda que fossem famílias pobres e de casas pequenas, muitas delas não concluídas depois de quase duas décadas.

João Tomé, não deixa dúvida que, para eles, membros da comissão, a destinação da área era a uma creche. "...Nóis acreditava que lá ia sê uma creche. Até hoje, nós tem aquilo lá como uma creche... Todos os que moram lá, se você perguntá onde é a creche, é ali, ali se tornou creche, nem que não é, mas é sim (rindo)"⁵.

A fala revela que os moradores não abrem mão de continuar reivindicando direitos. O espaço do Centro Espírita lhes pertence de direito, porque é dessa forma que ele se apresenta em suas memórias.

As memórias de João Tomé marcam que a finalidade do terreno era boa, pois essa área seria para uma creche e não de encobrir a visão da Vila União. E João Tomé cita, como prova desta finalidade, a memória de todos do bairro que reconhecem aquela construção e sua área como sendo da creche. Recorre ao testemunho da memória de todos os moradores, para dar legitimidade aos seus argumentos.

É comum nesses depoimentos que o relato não seja realizado somente na primeira pessoa do singular, mas do plural nós, para dar destaque a uma ação que é coletiva e que reafirma uma identidade localizada na pobreza e luta contra uma versão que se pretendia correta para se transformar em dominante.

No embate entre as diferentes forças, a construção do Centro Espírita representou a vitória dos grupos que hostilizavam os moradores da Vila União. Ele passa a ser um símbolo de segregação e de divisão entre dois mundos em conflito, revelando versões diferenciadas de situações que envolvem a ocupação da Vila União.

Se, para os moradores do bairro, o Centro Espírita é um monumento de memória que lembra a segregação social, para o Dr. Luiz Carlos, membro dirigente do Centro Espírita, esse monumento tem outro sentido. Nas memórias do Dr. Luiz Carlos, num julgamento externo dele e do seu grupo, sobre as necessidades daquelas famílias,

⁵ João Tomé, ex-bóia-fria, trabalhador ambulante, membro da Comissão de Negociação das famílias mobilizadas pelos lotes da Vila União, em depoimento gravado em 22/05/2001.



concluíram ser mais necessário dar atendimento na parte de alimentação do ,que implantar a creche. Considerando a reação dos moradores, tal atitude não contemplou seus interesses.⁶ Possivelmente isso se deve à reação das crianças da Vila União ao depredarem o Centro Espírita, conforme marcam as memórias do Dr. Luz Carlos:

(...) Nós tivemos que murar na época..., porque as crianças praticamente destruíam tudo. Era muita criança. Então, eles eram muito agressivos na época...

Então, se você for entrar lá dentro do jeito que ainda tem até hoje, muitos vitrôs, tinham e ainda temos, umas proteções de metal, em cima e em baixo, que, antigamente, foi necessário colocar tela pra preservar vidros. Então, você calcula como era na época. Era necessária pôr tela pra proteger as vidraças, porque não deixavam um vidro.

As crianças aparecem, aqui, como sujeitos agressivos, mal vigiados, que desrespeitam o patrimônio do Centro Espírita, exigindo medidas extraordinárias de segurança.

O Centro Espírita não está identificado com as lutas daqueles moradores, ao contrário, ele representa aqueles que os hostilizam. Nestas memórias, religiosidade e educação fazem parte de um campo de disputas.

As memórias, em relação à localização da Igreja Católica, que também ocupa uma parte da área total, que deve cumprir a função de encobrir a visão do bairro, não são de rejeição, mas constitui-se em mais uma conquista e motivo de orgulho. Os posicionamentos físicos ,das duas edificações revelam muito da sua relação com os moradores do bairro: enquanto o Centro Espírita tem sua frente voltada para o centro da cidade ficando de “costas” para a Vila, a Igreja, planejada pelos moradores, tem sua frente voltada para o bairro e os fundos em direção ao centro.

Certamente, contribuiu, para a boa aceitação da Igreja, o envolvimento direto do Pe. José Janssem⁷ no acompanhamento da organização, mobilização e do apoio, na luta pela conquista dos lotes. Além disso, a Igreja foi construída em mutirão, com a participação direta dos moradores que realizaram festas para arrecadar recursos e campanhas para ajuntar o material necessário à construção. Essa participação faz com

⁶Dr Luiz Carlos Barros Costa, 55 anos, Delegado de Polícia aposentado e professor universitário.É membro dirigente do centro espírita da Vila União, mas mantido por pessoas residentes, especialmente, na região central da cidade de Jales. Gravado no dia 05/12/2002.

⁷Missionário Holandês que residiu mais de quarenta anos na Diocese de Jales, identificados com lutas populares como moradia e terra.



que a Igreja seja percebida como mais uma conquista do bairro e um ponto de identidade importante para seus moradores. Givanilde, ao falar do monumento à memória que representa a igreja, expressou-se assim:

A Igreja está quase na porta da minha casa, que é meu lugar, meu sossego. Pra mim isto é bênção e glória de Deus. Ali sabe o que precisa hoje, o Pe. José lá dentro. Isto seria uma maravilha, que eu visse aquele Padre... ele que tá ali, eu ia ficá mais contente, porque lutô junto com nós, este daí lutô, lutô com vontade, mas em todo caso não é bem como a gente qué. (...) Então eu acho que tem toda a riqueza aqui, na Vila União tem toda a riqueza, porque desde que nós lutô aqui, é Vila União, a grandeza tá aqui.⁸

Outra moradora do bairro, Maria Célia, sorteada com um lote, catequista e participante ativa da comunidade da Igreja Católica, que ajudou, tanto na consolidação da comunidade católica no bairro quanto na construção da Igreja, falou como foi este processo:

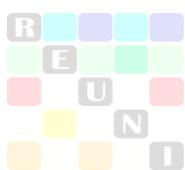
Bom, a Igreja, eu sempre participei da Igreja e quando mudei aqui, fiquei assim um mês, dois mês meio perdida que tava assim meio... e como eu sempre gostei de trabalhá, foi onde que eu tive conhecimento de um barracãozinho, de quatro pau e uma telha em cima (...) fomo construindo com bastante dificuldade, bastante doação, bastante... era mutirão, bastante mutirão direto. Fizemos duas salas onde também celebramos por algum tempo, depois e foi até que construímos a Igreja, que tá aí até hoje.⁹

A Maria Célia indica que o processo de construção da Igreja Católica ocorreu de forma semelhante ao da construção das casas e do surgimento da Vila. Primeiro, foi o barracão, depois, duas salas e finalmente a Igreja, mais uma grande conquista para o bairro. Tudo sendo feito de forma lenta, gradativa e com muitas dificuldades, para, depois de um longo tempo, chegar a um resultado mais definitivo.

Os depoimentos apontam que, na memória dos moradores do bairro, a Igreja Católica foi uma conquista. É, também, um sinal de unidade e grandeza. Enquanto eles já construíram a Igreja, Maria Célia destaca que outros bairros, mais antigos, ainda não a conseguiram:

⁸ Givanilde Maria da Silva, ex-bóia-fria, atualmente funcionária pública municipal na função de faxineira, foi membro da comissão de negociação pelos lotes da Vila União, em depoimento gravado no dia 26 de abril de 2001.

⁹ Maria Célia dos Santos, doméstica, catequista, moradora da Vila União desde a fundação, em entrevista gravada no dia 16 de junho de 2001.



Bom, pra nós que esperamos bastante tempo, as vez, você acha que foi rápido porque a gente sabe que aqui em Jales tem comunidade mais velha do que a gente e não conseguiu uma Igreja (...) lutamos até que conseguimos e foi gratificante pra nós, né, o trabalho que a gente teve vontade, foi um sonho que a gente realizô.¹⁰

Nas memórias de Maria Célia, de Givanilde e de outras pessoas ouvidas, não transpareceu qualquer elemento que sugerisse alguma indignação ou censura em relação à construção da Igreja do Bairro naquele local, ou até mesmo quanto à finalidade dada ao terreno. A igreja acabou se incorporando à vida do bairro como um ponto forte de identidade e de conquista dos moradores. Aquilo que, inicialmente, deveria servir como ponto de cobertura da visão do bairro, tornou-se uma conquista, um ponto de referência e um cartão de visita. O mesmo não ocorreu com o Centro Espírita, segundo a memória dos moradores. Este não cumpriu sua finalidade, tornando-se um corpo estranho ao interesse daqueles sujeitos. Enquanto os dirigentes do Centro Espírita tiveram que tomar medidas redobradas de proteção contra atos considerados como “vandalismo” e “depredação”, os moradores não apontam esse tipo de ocorrência contra a Igreja Católica, que fica totalmente exposta, sem nenhuma cerca que a proteja.

Morar em determinado espaço urbano é ser portador de determinada identidade. Silvana citou o peso do preconceito contra os jovens da Vila União: “Ser um jovem com muita dificuldade, muito preconceito. É sim um jovem de muito preconceito. Pelo lado negativo, é assim, porque tudo o que acontece é Vila União. Mas, ao mesmo tempo, é esta plantinha no meio do entulho, uma plantinha verde que quer crescer”¹¹.

O jovem da Vila União, além de ser visto com reservas, tem atribuído a ele “tudo o que acontece” de mau. Essa generalização não existe em relação às coisas boas que acontecem na cidade, mas é colocado no mesmo sentido já citado acima: do hábito de se atribuir os acontecimentos negativos como sendo de responsabilidade dos moradores dos moradores das periferias e, neste caso, aos moradores da Vila União. Contudo, Silvana não perde a esperança e vê a possibilidade de uma plantinha, teimosamente, crescer em meio a tantas dificuldades, o que para ela significa a esperança de que essa situação seja transformada no futuro. E sua narrativa, ao se referir

¹⁰ Maria Célia dos Santos, doméstica, catequista, moradora da Vila União desde a fundação, em entrevista gravada no dia 16 de junho de 2001.

¹¹ Silvana Vieira, 23 anos, é coordenadora do grupo de jovens da comunidade da Igreja Católica da Vila União. Entrevista realizada no dia 03 de maio de 2003.



“no meio do entulho”, indica, mais uma vez, a representação de outros, do jovem da Vila.

Se suas memórias de vítimas de preconceito ainda são um ponto relevante para os moradores da Vila União, as lembranças tornaram-se mais latentes, quando questionados sobre a forma como são vistos pelos moradores dos bairros centrais e de maior poder aquisitivo. Luciano narra que:

Aqui é, você pode analisar em duas partes. Metade da existência do bairro foi uma metade mal vista, porque, como foi uma coisa de mutirão, que um ajudava o outro e tal, então, veio muitas pessoas que, assim, miseráveis por assim dizer, que não teve uma estrutura de vida, não teve uma educação certa... Pessoas bem pobres que vieram pra cá, então, sempre tem a pessoa que às veis, em vez de ajudar, ela gosta de criticar. (...) E a gente andando na cidade, você que antigamente não conseguia nada. Hoje, andando na cidade, falando da Vila União, todo mundo... Até mesmo o futebol já teve uma fama de assim, violenta ¹²

Para Luciano, o fato de o bairro ser habitado por famílias muito pobres foi o que mais motivou o preconceito. Mas que, aos poucos, essas famílias, ou foram melhorando sua própria condição de vida, ou a prática da convivência cotidiana foi alterando a percepção sobre uma sociabilidade possível, entre os moradores da Vila e o conjunto da cidade. Hoje, aqueles moradores, e especialmente Luciano, conseguem o patrocínio de empresários para o time de futebol da Vila, que também já foi visto como violento e que se modificou, apontando para as diferenças das temporalidades.

Para José Antônio, um sinal de maior aceitação dos moradores do bairro é o fato de, atualmente, muitos procurarem casa para comprar e morar na Vila União:

Bom, sempre no começo foi. Mas, hoje, eu acho que todo mundo gosta da Vila União, inclusive muitas pessoa vêm na Vila União procurar casas pra morar. É o melhor lugar pra morar. Então, eu acho que, hoje, o bairro da Vila União está sendo bem visto, por todos nós, por toda a sociedade jalesense. Discriminação teve sim, mas só que, hoje, não tem mais, não. ¹³

Comparando com os outros bairros de Jales, Ana Aparecida não vê razão para a existência do preconceito, porque sua percepção sobre a maior quantidade de atos que

¹² Luciano Isidoro, 29 anos, Pedreiro. É dirigente do time de futebol da Vila União (segundo ele, “toma conta do time”). Entrevista realizada no dia 09 de maio de 2003

¹³ José Antônio dos Santos, 52 anos, ex-bóia-fria, atualmente é funcionário do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. É Vice-Presidente da comunidade da Igreja Católica da Vila União. Entrevista realizada no dia 01 de maio de 2003.



poderiam ser reprovados pela lei, não são mais frequentes na Vila União: “Não, não é maior. Eu acho que é discriminação mesmo. (...) sei lá, criou esta imagem e acham que isto aí existe, mas eu acredito que não existe... Eu não acredito, não... Acontece, mas eu acho que em todos os bairros acontece”.¹⁴ Os moradores reconhecem os problemas que ocorrem, mas entendem que os mesmos não são maiores, nem em quantidade superior ao que ocorre em outros bairros.

Quanto às famílias que moram na Vila, mesmo reconhecendo que há problemas, nas memórias de Givanilde, o que predomina são as pessoas direitas e honestas: “Aqui na Vila União, vou te falá, viu. Tem muita gente direito, falá a verdade... às veiz... não sei se é daqui mesmo ou se vem lá de fora... aqui tem muita gente direita, gente que eu conheço, gente direita, gente honesta...”.¹⁵

A narrativa afirma e confere dignidade àqueles sujeitos. Construiu-se, portanto, outra memória que desmente as versões dominantes.

Possibilitar os outros sujeitos comporem suas memórias, através do processo dialógico, outros modos de interpretar as mudanças históricas da cidade, ressurgem, pois, no modo como esses relembram os espaços do passado, reorganizam a composição de um lugar em diferentes temporalidades de suas vivências. Nesse sentido, interessa ao historiador:

(...) analisar o modo como esses narradores interpretam esse passado, se o traduzem como um tempo que lhe pertence e, portanto, torna-lhe visível nas suas referências que constituem as lembranças das transformações pelas quais passou aqueles lugares da cidade, ou expressa um sentimento nostálgico, como sendo um tempo que lhe fora roubado, já que nesse tempo a cidade significa o lugar da ausência daquilo que foi perdido (CALVO, 2001).

Sendo quem colhe seus depoimentos, sou identificado junto àquelas pessoas como alguém próximo de suas lutas e trajetórias, aliado no esforço de transformação de interpretações que os desqualificam. Por isso, recolher depoimentos foi também ganhar a confiança daqueles sujeitos. Assim, ao trabalhar com fontes orais, estou atento ao aprendizado permanente, num esforço significativo de perceber as falas dos sujeitos da pesquisa, não como um produto imutável, acabado em si mesmo, mas o resultado de construções da memória (THOMPSON, 1998), conforme aponta Ecléa Bosi:

¹⁴ Ana Aparecida Alves Vieira Bellon, em depoimento já citado.

¹⁵ Givanilde Maria da Silva, em depoimento já citado.



(...) a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1995, P. 55).

Considerando a afirmativa de Bosi, trabalhar com depoimento oral exige a perspectiva de lidar com a história em movimento, imposto pelas novas questões do presente, tentando atingir as experiências vividas como relevantes para as memórias e das ressignificações que são feitas. De acordo com Robert Perks e Alistair Thomson, é na relação passado e presente da memória que o historiador deve se ater: “Memória é, por definição, um termo que chama nossa atenção não para o passado, mas para a relação passado-presente. É porque ‘o passado’ tem esta existência ativa no presente que é tão importante politicamente”.¹⁶

Ao pesquisar os significados do surgimento da Vila União em uma região central da cidade, constato a diversidade de significações sobre a sua existência, em uma clara disparidade das memórias, especialmente entre os beneficiados pelos lotes e os demais moradores de Jales, que dentro da tradicional distribuição dos espaços urbanos, que destina os bairros distantes para os pobres e os centrais para os de maior poder aquisitivo, onde estes últimos seriam os candidatos em potencial a ocupar esta área. Se, nas memórias dos moradores da Vila, hoje, a conquista desses lotes representa “uma graça alcançada ou um sonho”, para os moradores dos bairros vizinhos ali já “merecia um bairro bom”, habitado por outro segmento econômico, porque, no entendimento do Jornal de Jales, aquele era um reduto tradicional da “classe média ou classe média alta”. As diferenças de significados de acontecimentos, como esses, apontam para o que Portelli chamou de “memória dividida” (PORTELLI, 1996, P. 105).

Ao perceber esse jogo diferenciado de representações e significados de fatos históricos, compreendi que “... estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas, e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas”,¹⁷ apontando para posições e visões de mundos diferenciados. A constituição de seus valores, ainda que forjados em uma mesma cidade ou região,

¹⁶ Popular Memory Group. “Popular Memory: Theory, politics, method”, em PERKS, Robert & THOMSON, Alistair. THE ORAL HISTORY READER, New York: Routledge, 1998, capítulo 7, pp. 75-86. (Tradução de Helen Hughes e Yara Aun Houry).

¹⁷ Idem, p. 107.



deram-se de maneira específica e individual, seguindo posições sociais e econômicas. Segue esse mesmo sentido a reflexão de Passerini ao afirmar que:

(...) a matéria prima da história oral consiste não só em declarações factuais, mas é eminentemente uma expressão e representação da cultura, e, portanto, conclui não só narrativas textuais mas também a dimensão da memória, da ideologia e dos desejos subconscientes.¹⁸

Estudar os depoimentos repletos das lembranças, requer uma atenção redobrada para o que Portelli chama de “territórios da subjetividade”. A esse pesquisador, a subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Alessandro Portelli diz que: “Excluir ou exorcizar a subjetividade (...), quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”¹⁹. Ao utilizar as narrativas como fonte histórica em um determinado contexto, essas exigem a problematização com as questões próprias e adequadas, colocadas no presente, bem como um tratamento específico. Este procedimento, que é válido no trato de qualquer fonte histórica, é também indispensável no tratamento das fontes orais. Contudo, o ato de interpretar não é somente do historiador, porque os próprios depoentes, em suas narrativas, estão impregnados de significados próprios. Por isso, Portelli alerta que: “A filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste, precisamente, em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar”.²⁰ Portanto, o depoimento não é isento de interpretações, exigindo que o historiador tenha atenção redobrada ao tratar das subjetividades.

Aceitar que as memórias narradas recuperam apenas os fatos, os acontecimentos e que somente ao historiador cabe analisá-las, interpretá-las, extraindo delas os fragmentos que lhe interessam para construir seu trabalho, constitui-se em um equívoco. Portelli afirma que a relação entre narrador e pesquisador se estabelece num plano horizontal onde ambos interagem, mutuamente, produzindo diálogos que potencializam

¹⁸ PASSERINI, Luisa. Extraído de *History Workshop*, 1979, n. 8, pp. 84-92, com permissão de Oxford University Press. Publicada também em PERKS, Robert & THOMSON, Alistais (eds), *The Oral History Reader*, USA and Canadá: Routledge, 1998, pp. 53-62. Tradução de Helen Huges e Yara Aun Houriy.

¹⁹ Ver mais em: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: *Tempo*, n.º. 01, UFF/Relume Dumará, 1996, p. 61-62

²⁰ Idem, p. 61



os fatos recordados. Portanto, o narrador interpreta e avalia suas ações, o que deve ser relevado pelo historiador, que não é o único a fazê-lo.

Com várias entrevistas, podia pensar em reunir partes da “memória do grupo”, sem esquecer que “a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas e não grupos se lembram” (PORTELLI, 1996, P. 127). Mas, somente com o exercício de reunir diversos depoimentos, era possível pensar no conjunto da memória do grupo porque “(...) Se toda a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira: sabemos que não é assim” (PORTELLI, 1996, P. 127).

Estudar as dimensões das temporalidades históricas permite ao historiador captar as singularidades dos eventos sociais. Ao estudar a dinâmica da cultura, devemos considerar que o tempo não é único, algo que se congela, compondo barras de episódios que se marcam cronologicamente, mas plural, múltiplo, pois se configura através das experiências de homens e mulheres que vivem em lugares e momentos diferentes. O tempo que deve ser perseguido pelo historiador é o tempo construído pelo sujeito nas articulações das relações sociais.

Ao analisar as narrativas, encontro expressões diferentes, muitas vezes empregadas com o mesmo sentido, para se referir ao passado que pode estar mais ou menos distante cronologicamente. Esta distância, muitas vezes, é difícil de ser interpretada em nosso tempo cronológico de mês, ano, década ou século. Gandon, ao estudar os tempos múltiplos contidos nas falas de seus narradores, diz que:

As expressões “antigamente” e “naquele tempo” pontuam e demarcam o discurso sobre o passado; tanto daquele passado que se ouviu contar, quanto do passado mais próximo, aquele vivido pelos próprios narradores. A expressão “nesse tempo” usada, algumas vezes, no mesmo sentido das outras citadas. Algumas vezes, também, uma entonação enfática é dada ao termo “antigamente”, quando se quer sugerir a idéia de muito remoto: “an-ti-ga-meeeen-te” (...) (GANDON, 2001, P. 141).

Nos depoimentos dos moradores da Vila União, a expressão “no passado” é recorrente nas falas dos sujeitos, cuja declaração não se refere a um tempo cronológico determinado, mas aparece como referência a uma situação que mudou: “No passado, tinha assim, um preconceito muito grande contra o bairro”²¹. Sobre o mesmo assunto, outro narrador utiliza a expressão “no começo”, o que permite ao pesquisador, caso seja esse seu interesse, datar melhor a existência desse sentimento de preconceito. Sabendo

²¹ Silvana Vieira, em depoimento já citado.



quando se deu a fundação do bairro, será possível datar quando a existência do preconceito foi maior. Contudo, Portelli alerta que, como historiadores, não devemos nos preocupar excessivamente em reconstruir o passado baseado nas narrativas, porque estas podem ter outros interesses:

Enquanto os historiadores estão interessados em reconstruir o passado, os narradores estão interessados em projetar uma imagem. Portanto, enquanto os historiadores, muitas vezes, se esforçam por ter uma seqüência linear, cronológica; os narradores podem estar mais interessados em buscar e reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas no transcorrer de sua vida.²²

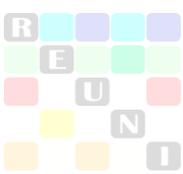
A expressão “antigamente” aparece impregnada de tempos cronológicos diferentes, conforme o contexto que a memória do narrador está trilhando. José Antônio diz que “... conversar com os vizinhos, conversa, mas não é aquele papo, que nem antigamente, que a gente chegava e conversava”.²³ Em sua narrativa, a expressão “antigamente” vem carregada e dita lentamente, apontando para um tempo que deve estar mais distante. Provavelmente, José Antônio se refere ao tempo em que ainda morava no meio rural, em colônias de fazendas de cultivo de café, onde as formas de trabalhar, as sociabilidades e os costumes permitiam longas conversas com os vizinhos, o que não ocorre na cidade. O mesmo termo “antigamente” é usado por outra pessoa, sinalizando para um tempo cronológico próximo: “Gente que era, antigamente, praticamente não mora mais aqui”.²⁴ No contexto da narrativa, Ana está se referindo a pessoas que mudaram do bairro, fundado em 1987. Seu tempo empregado no termo “antigamente” está mais próximo que o tempo de José Antônio. Um terceiro narrador utiliza o termo contendo um tempo cronológico ainda mais curto. Luciano usa o termo “antigamente”, mesmo se referindo a um tempo muito próximo: “Então, até isso mudou muito, que antigamente, uma igreja por ser evangélica, não deixava uma criança usar um *short*...”.²⁵ Posso concluir que seu tempo cronológico é pequeno, porque, em outra passagem de sua narrativa, ele diz que essa mudança é “de um ano para cá”. Provavelmente, este “um ano para cá”, não é exatamente um ano, podem ser dois, três..., mas, certamente, o mesmo pretende enfatizar que é uma mudança ocorrida muito

²² PORTELLI, Alessandro. The Death of Luigi Trastulli. “Momento da Minha Vida – Funções do Tempo na História Oral”. In: International Oral History Journal, II, 3 (Outono, 1981) pp. 162-180. Tradução de Yara Aun Houry.

²³ José Antônio dos Santos, em depoimento já citado.

²⁴ Ana Aparecida Alves Vieira Bellon, em depoimento já citado.

²⁵ Luciano Isidoro, em depoimento já citado.



recentemente, apesar de empregar o termo “antigamente”, para separar um tempo de outro.

Sobre as formas de utilização do tempo, nas narrativas e memórias, Portelli chega a falar de “um tempo fora do tempo”, ao se referir à sua utilização em um relato: “O fato de que um relato é um confronto com o tempo está implícito na tentativa de cavar um tempo especial onde ele pode ser colocado – um tempo ‘fora’ do tempo, um tempo ‘sem’ tempo”.²⁶

A questão que se coloca é o que leva três sujeitos a empregar o mesmo termo, envolvendo permanências e alterações, para designar tempos cronológicos diversos, se estão envolvidos num mesmo contexto social. Ao analisar suas falas, percebo que a mudança é o que há de comum nas expressões de cada “antigamente”, ainda que empregados em tempos cronológicos bem distintos. José Antônio fala de um tempo que conversava muito com os vizinhos e de outro tempo em que se conversa menos. Ana se refere aos sujeitos que moravam no bairro e que agora não moram mais. Luciano fala de um tempo em que os filhos de evangélicos não podiam usar *shorts* para jogar futebol, portanto, não podiam participar do time, e de outro tempo em que estes participam.

Outra expressão de tempo que vem impregnada de mudança, usada por Luciano, tem muito a ver com a alteração de uma situação para outra e menos a ver com tempo cronológico. Ele, ao se referir à quebra das barreiras do preconceito contra os moradores da Vila União, diz que: “Aqui é, você pode analisar em duas partes: Metade da existência do bairro foi uma metade mal vista...”.²⁷ A expressão poderia levar a crer que, considerando a fundação do bairro até o tempo atual, durante determinado número de anos, houve maior preconceito e outro igual número em que este foi menor. Mas a expressão “metade” tem muito mais a ver com a mudança que ocorreu depois de um determinado período cronológico. O enfoque da mudança Luciano destaca com a mesma expressão, ao dizer que: “Como eu te falei, metade da existência do bairro aqui, muitas crianças não estudavam. Hoje não, hoje mudou bastante”.

É igualmente comum o emprego do termo “na época”, usado mais para se referir a situações diferentes ou que sofreram alterações, do que a um determinado tempo cronológico. Ao longo do depoimento de Luiz Carlos, o termo é recorrente, sempre para assinalar situações que sofreram variação.

²⁶ PORTELLI, Alessandro. The Death of Luigi Trastulli. “Momento da Minha Vida – Funções do Tempo na História Oral”. In: International Oral History Journal, II, 3 (Outono, 1981) pp. 162-180. Tradução de Yara Aun Khoury.

²⁷ Luciano Isidoro, em depoimento já citado.



Porque nós começamos, na época, ver que o que era necessário, era exatamente o processo do..., da alimentação. Eles tinham muita fragilidade quanto à alimentação....

Que foi a época que nós tava se preocupando com isso.

A coisa foi se modificando com a ação do tempo. Então nós sempre nos preocupamos. Inclusive por um motivo que, na época, não tinha geladeira.²⁸

A recorrência dessa fala com um sentido de tempo próprio, sempre apontando para alteração de uma situação para outra, ao ser empregado por Luiz Carlos, um Delegado de Polícia aposentado e Professor Universitário, indica que o emprego desse tipo de expressão é comum, mesmo em narrativas de sujeitos com grau de escolarização diferenciada. O pesquisador poderia ser levado a considerar que um nível mais elevado de escolarização e maior familiaridade com o emprego do tempo cronológico em determinadas funções sociais levariam o narrador a falar do tempo da memória de uma forma também própria.

Embora as expressões de tempo passado, indicando, especialmente, a mudança de uma situação para outra sejam muitas, quero analisar mais uma, que é também comum, considerando depoimentos que gravei. Utilizo-a, aqui, na narrativa de Leonildo, membro da comissão de negociação, referindo-se ao tempo em que pressionavam e negociavam com o Prefeito Municipal o loteamento da área onde seria a Vila União:

Então, (referindo-se ao Prefeito) naquela época, nos humilhou demais, nossa imagem e espalhou uma imagem muito, o senhor entende, uma imagem muito feia no modo de falar, uma imagem negra de nossa pessoa, de nós trabalhador, porque nós aqui, nós estávamos reunindo era pro trabalhador, só tinha trabalhador.²⁹

A indicação de Leonildo é clara para um tempo de humilhação imposto pelo prefeito sobre os trabalhadores, que é a analogia feita sobre as famílias integrantes do movimento. Sua fala aponta para um outro tempo em que já não são mais humilhados pelo prefeito, e que vê respeitada sua identidade de trabalhador.

Na citação a seguir, Leonildo também aponta para uma época em que não encontraram apoio, para outra, de solidariedade prestada por outros sujeitos ou em que eles próprios superaram seus limites financeiros e construíram suas casas.

²⁸ Dr. Luiz Carlos Barros Costa, em depoimento já citado.

²⁹ Leonildo Antônio de Souza, em depoimento já citado.



(...) nós, naquela época, nós, foi numa época que nós encontremo um prefeito que pouco nos ajudou, quer dizê, não nos ajudou em nada, só tentou é tirá o que nós tinha ganhado, e, mas, felizmente, eu creio que, depois, após nós vivemos aqui, depois de construí com muita dificuldade, com a colaboração destes de que eu falei pro senhor aí ³⁰

Enquanto determinadas expressões de tempo são empregadas para indicar tempos diferentes, antes e depois da mudança, embora, cronologicamente, as mesmas expressões indiquem durações de tempos diferentes, outras expressões apontam para as permanências, que podem também ser de longa ou curta duração, mas que nos revelam pouco do tempo cronológico. “Então, cada vez, às veis, a gente até pensa que é, pensa não, a gente tem até certeza, né, conforme vai o tempo, que na Bíblia tá escrito que vai vir as pragas. Então, sempre tá acontecendo. Às veis, sempre tava ali, só que a gente não conhecia, né”.³¹ A expressão “sempre tá acontecendo” é de uma permanência muito longa, se considerarmos o tempo cronológico, alcançando o antigo testamento da Bíblia, em que estão narradas as pragas do Egito. Essas pragas estariam presentes até o dia de hoje, sempre ameaçando a saúde das pessoas.

Outra permanência de duração muito variável, de acordo com o contexto que é empregado ou o recorte que o narrador está fazendo da história, é o “sempre” ou o “nunca”.

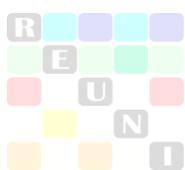
O nosso salário já é aquele tatinho todo mês. É a compra, é a água é a luz, é isso e aquilo, porque nós nunca tem aumento. Então, nunca tem um salário digno. Porque aí, depende do salário a nossa vida. Porque nunca tá dando certo, porque tá sempre ficando alguma coisa para trás. Ganha mixaria.³²

A permanência experimentada por José Antônio é a de um salário que “sempre” é insuficiente para atender a todas as necessidades da família e, por isso mesmo, “nunca” permite uma alteração significativa em sua situação. Se considerarmos somente a historicidade do salário, há salários insuficientes desde o dia em que se efetivou o primeiro pagamento da força de trabalho, o que remeterá para a antigüidade. Mas, provavelmente, José Antônio não se refere a um tempo cronológico tão longo, indicando mais para a sua própria experiência de trabalhador mal remunerado o qual “sempre” enfrenta dificuldade e “nunca” consegue dar conta de tudo o que é necessário para levar uma vida, por ele considerado digna.

³⁰ Leonildo Antônio de Souza, em depoimento já citado.

³¹ Luciano Isidoro, em depoimento já citado.

³² José Antônio dos Santos, em depoimento já citado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade, Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos – Uberlândia, 1938/1990*. Tese de Doutorado, PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2001.

GANDON, Tânia Rosério d'Almeida. *Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um discurso a muitas vozes*. Projeto História, nº 22, São Paulo: Educ, 2001.

KHOURY, Yara Aun. *Narrativas Oraís na Investigação da História Social*. In: Projeto de História. São Paulo, nº 22, Junho/2001.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, n. 17. São Paulo, Educ, 1998.

NORA, Pierre. *Entre História e Memória – a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo: Educ, nº. 10, 1993. p. 7-28.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscanam 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum*. In: Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *A filosofia e os Fatos*. In: Tempo, nº 01, UFF/Relume Dumará, 1996.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias*. Projeto História, São Paulo, nº 15, abril/1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado – História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Prof. Ms. Léo Huber
e-mail: huber019@yahoo.com.br
UNIJALES – Centro Universitário de Jales – Unidade Central
Fone (17) 3622-1620
Av. Francisco Jalles, n.º 1.851
CEP: 15700-000
Jales - SP